

O trabalho infantil: problema social e político

Deolinda Carvalho Machado¹

Resumo

Quando nos referimos a trabalho infantil, importa clarificar este conceito. Por isso, apresentaremos algumas das definições de «trabalho infantil». Esta expressão não tem o mesmo significado para todos os autores. Uns abordam-no na perspectiva jurídica, outros na perspectiva económica e outros ainda, na perspectiva sociológica.

O trabalho infantil tem causas profundas e complexas. É um problema político, nacional e internacional. Ele emerge de um conjunto de razões de ordem económica, social e cultural.

Coloca-se, assim, um múltiplo desafio: às políticas sociais que devem continuar a afirmar a necessidade de maior concretização junto das populações, demonstrando a justeza da sua existência; à escola que se deve organizar em torno dos alunos que recebe, sem exclusões de qualquer espécie; às comunidades que, mantendo-se fiéis à sua identidade, precisam das competências adquiridas pelos jovens, na escola, a fim de se desenvolverem aos vários níveis: económico, social e cultural.

1. Evolução do conceito de trabalho infantil

Para melhor percebermos do que estamos a falar quando nos referimos a trabalho infantil, importa clarificar este conceito. Por isso apresentamos algumas das definições que comumente se usam para designar trabalho infantil. Contudo, esta última expressão não tem o mesmo significado para todos os autores. Uns abordam-no numa perspectiva jurídica, outros numa perspectiva económica e outros, ainda, numa perspectiva sociológica.

Quando se enuncia trabalho infantil faz-se referência à exploração das crianças no mundo do trabalho.

De acordo com a UNICEF (1997), as crianças realizam uma grande diversidade de trabalhos em condições que diferem enormemente. O registo da ocorrência desses trabalhos faz-se ao longo de um continuum.

Numa das extremidades o trabalho é benéfico, promovendo ou contribuindo para o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança, sem interferir com a sua educação escolar, sua recreação e seu descanso. Na outra extremidade, é sensivelmente destrutivo, ou envolve exploração (Unicef, 1997, p.24).

É na extremidade mais destrutiva que se situa o trabalho infantil servil, expressão muito utilizada quando se faz referência às piores formas de trabalho infantil, nomeadamente à escravização de crianças como forma de pagamento de dívidas contraídas por seus pais ou avós.

¹ Mestre em Ciências da Educação

O trabalho infantil tem causas profundas e complexas. Ele emerge de um conjunto de razões de ordem económica, social e cultural e soma-se à perda de influência das políticas sociais na agenda política.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), verdadeiro parlamento mundial de composição tripartida, tem defendido, desde a sua constituição em 1919, como um dos seus objectivos fundamentais a eliminação do trabalho efectuado por crianças em condições que prejudicam o seu desenvolvimento físico, psicológico e mental. A OIT (1998) aponta que "la pobreza es la gran razón de ser del trabajo infantil"(p.19). É que as famílias pobres necessitam do dinheiro que os seus filhos podem ganhar e estes ganhos representam habitualmente 20 a 25% do orçamento familiar. Como as famílias pobres gastam o grosso do seu orçamento em alimentação, torna-se evidente que os ganhos obtidos pelas crianças que trabalham são decisivos para a sua sobrevivência.

Algumas investigações realizadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho sobre as causas do trabalho infantil mostram-nos que os empregadores recorrem à mão-de-obra infantil por muitas e diversas razões. A explicação mais comum encontrada pela OIT (1998), é a de que as crianças constituem um menor custo e são mais ágeis (argumento de «los dedos ágiles»). Conta-se com o facto de a criança desconhecer os seus direitos (por isso, convém não ter grande escolarização), de ser mais submissa, de acatar melhor as ordens e aceitar executar um trabalho monótono sem se queixar; é menos provável que se ausente do trabalho e não acarrete custos sociais.

Sem pretendermos esgotar o que significa a expressão trabalho infantil, apresentaremos de seguida algumas definições de diferentes autores.

O trabalho infantil, definido numa perspectiva mais abrangente que integra uma visão sociológica, jurídica e também económica, parece apresentar-se na definição que é fornecida pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC) e pela Confederação Nacional de Acção Sobre Trabalho Infantil (1996):

trabalho infantil é todo o trabalho desempenhado por crianças com idade inferior a 16 anos e/ou sem escolaridade obrigatória concluída ainda que em situação de trabalho domiciliário ou familiar, ou em actividades fora dos locais "tradicionais" de trabalho (empresa ou fábrica) e que, de forma regular, contribuem para a subsistência do agregado familiar, desde que seja de molde a comprometer o normal desenvolvimento da criança, considerado este no plano da saúde, formação moral e da educação. (p.25)

Outra definição, apresentada por Sarmiento, Bandeira e Dores (2000), refere que na linguagem comum, trabalho infantil é qualquer actividade produtiva desenvolvida por crianças fora do sistema educativo.

Juridicamente, o trabalho infantil consiste numa relação laboral ilícita, normalmente assalariada, e na qual o trabalhador tem idade inferior a 16 anos.

Numa perspectiva sociológica, o conceito de trabalho infantil abrange não só o trabalho realizado pela criança na empresa, mas também o trabalho domiciliário, as actividades domésticas e todos os tipos de trabalho que seja elaborado quer por conta própria, quer por conta de outrém e que envolva mão de obra infantil.

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) considera trabalho infantil toda a actividade desenvolvida numa relação de trabalho subordinado, por indivíduos com idade inferior à estabelecida por lei para o acesso ao trabalho e ao emprego, ou seja, por menores de 16 anos, segundo o quadro jurídico em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1997.

2. Trabalho infantil: problema social e político

A reflexão e o desafio que Soeiro Pereira Gomes (1993) faz em Esteiros, continua bem actual, bem presente no nosso quotidiano.

O trabalho infantil é um problema que persiste na sociedade hodierna, pois calcula-se que (sobre)vivam 250 milhões de crianças trabalhadoras em todo o mundo, cujos direitos consagrados na Declaração dos Direitos da Criança ainda são ignorados. É de salientar o esforço desenvolvido em Portugal para erradicar este flagelo social; no entanto ele continua presente em alguns sectores da economia portuguesa.

O Vale do Ave, o meio onde realizámos a nossa investigação, é uma região fortemente industrializada, empregando milhares de trabalhadores, essencialmente no sector têxtil, onde a mão-de-obra intensiva caracteriza ainda a actividade económica da região.

Os baixos salários e altas taxas de desemprego continuam a atingir a população residente e, conseqüentemente, as crianças. A par destes problemas económico-sociais constatou-se um abandono escolar precoce, por parte de alguns alunos, e um baixo rendimento escolar, por parte de outros.

O trabalho por turnos e o recurso às horas suplementares por parte dos pais que querem ver aumentado o seu rendimento familiar, continuam a fazer parte da agenda das famílias, reduzindo, assim, o tempo de acompanhamento da vida dos filhos, que vem a reflectir-se, naturalmente, na vida afectiva e na vida escolar dos mesmos.

Como consequência directa aparece a baixa expectativa em relação à vida futura apresentada por grande parte destes alunos, circunscrita apenas e, nem sempre, ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

3. Aspirações e desafios

Da investigação realizada pode concluir-se que urge reorganizar e responsabilizar a sociedade no seu todo e a cada indivíduo em particular. Não é por prazer que as crianças trabalham quando deviam estar na escola uma vez que as causas que subjazem a essa atitude implicam toda uma forma de estar das famílias, dos empregadores, da escola, das políticas educativas e sociais e das comunidades.

A exploração de mão de obra infantil impede o harmonioso desenvolvimento da criança nas várias dimensões da vida pessoal, social, cultural e económica. Impedir o desenvolvimento é impedir o futuro.

Um estudo recente da OIT (2003), referindo-se às consequências económicas resultantes da eliminação do trabalho infantil no mundo, conclui que a erradicação deste trará grandes benefícios económicos e que cabe à educação o principal papel nessa erradicação.

Coloca-se, assim, um múltiplo desafio: às políticas sociais que devem continuar a afirmar a necessidade de maior concretização junto das populações, demonstrando a justeza da sua existência; à escola que se deve organizar em torno dos alunos que recebe, sem exclusões de qualquer espécie; às comunidades que, mantendo-se fiéis à sua identidade, precisam das competências adquiridas pelos jovens, na escola, a fim de se desenvolverem aos vários níveis: económico, social e cultural, tendo sempre presente a dimensão estruturante da vida humana, numa permanente construção da cidadania activa.